



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Plenário "João Paulo II"
GABINETE DO VEREADOR LUCAS CASAGRANDE

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA _____, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui no âmbito do Município de Viana, o Programa de Integridade e Neutralidade Escolar, destinado a impedir o uso das escolas para fins político-partidários, assegurar a liberdade de consciência dos alunos e garantir o direito das famílias à transparência na educação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Viana, o Programa de Integridade e Neutralidade Escolar, com o objetivo de impedir práticas de caráter político-partidário no ambiente escolar e assegurar que o ensino seja conduzido com imparcialidade, respeito às convicções familiares e foco no conteúdo técnico previsto para a educação básica.

Art. 2º A rede municipal de ensino deverá atuar de maneira institucionalmente neutra, garantindo que a escola não seja utilizada para promoção de causas político-partidárias, movimento ideológico ou qualquer forma de influência que ultrapasse a finalidade pedagógica estabelecida pela legislação educacional.

Art. 3º Os profissionais da educação deverão conduzir suas atividades com rigor técnico, mantendo o ambiente escolar livre de constrangimento, proselitismo ou direcionamento de opinião, assegurando que o aluno desenvolva sua visão de mundo a partir de pluralidade de fontes, e não de orientações vinculadas a crenças pessoais de agentes públicos.

Art. 4º Fica garantido aos pais e responsáveis o direito de acompanhar e solicitar esclarecimentos sobre conteúdos, materiais, atividades e abordagens utilizadas em sala de aula, bem como participar de canais permanentes de diálogo e controle social, assegurando total transparência sobre a atuação pedagógica das escolas municipais.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação adotará medidas de formação, orientação e supervisão administrativa que reforcem a ética profissional, a responsabilidade institucional, a neutralidade pedagógica e o alinhamento estrito ao currículo oficialmente estabelecido.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, disciplinando os mecanismos de acompanhamento, os procedimentos de atendimento às famílias e os instrumentos administrativos destinados à prevenção de práticas incompatíveis com a imparcialidade educacional.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Plenário “*João Paulo II*”
GABINETE DO VEREADOR LUCAS CASAGRANDE

Viana, 06 de novembro de 2025

LUCAS CASAGRANDE

Vereador – PL





CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Plenário “João Paulo II”
GABINETE DO VEREADOR LUCAS CASAGRANDE

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por finalidade proteger a escola pública municipal de qualquer forma de uso político, partidário ou ideológico que desvie a instituição de sua missão principal: ensinar com técnica, imparcialidade e respeito às famílias.

É dever do Poder Público garantir que o ambiente escolar seja um espaço de conhecimento e formação intelectual, e não um palco de disputas político-ideológicas ou de tentativas de influência sobre crianças e adolescentes. Infelizmente, episódios reportados em todo o país demonstram que a instrumentalização da educação para finalidades alheias ao ensino é uma realidade que não pode ser ignorada.

O Município, enquanto responsável pela gestão administrativa das escolas, possui o dever de assegurar que o conteúdo pedagógico seja aplicado de forma neutra, respeitando a pluralidade de ideias sem permitir que servidores utilizem sua posição para promover convicções pessoais. A educação municipal deve ser conduzida com foco no currículo técnico, sem militância, sem direcionamento ideológico e sem interferências que possam comprometer a liberdade de consciência dos estudantes.

Também é imprescindível reforçar o direito das famílias de acompanhar e fiscalizar o que é ensinado a seus filhos. A transparência no processo pedagógico não é concessão, é direito constitucional e instrumento essencial para garantir que a escola cumpra seu papel com responsabilidade e respeito às convicções familiares. Este projeto fortalece esse direito ao estabelecer mecanismos permanentes de diálogo, supervisão administrativa e clareza sobre materiais, atividades e práticas pedagógicas.

A criação do Programa de Integridade e Neutralidade Escolar representa um avanço na proteção da educação municipal, reforçando ética profissional, foco pedagógico, respeito às famílias e a proibição de usos indevidos da estrutura pública. Trata-se de uma medida firme, coerente e profundamente necessária para garantir que nossas crianças recebam um ensino livre, técnico e desprovido de influências político-partidárias.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para aprovação desta proposição, que representa um compromisso inequívoco desta Casa com a família, a liberdade, a boa educação e a integridade das instituições públicas de ensino.

Viana, 06 de novembro de 2025

LUCAS CASAGRANDE

Vereador – PL



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300039003700340037003A005000

Assinado eletronicamente por **Lucas Stein Casagrande** em 07/11/2025 09:16

Checksum: **50DE10C9AAF34FB1FA67793AABA6EE4DD8BDBA963345F1D18C7E53255D4B771D**



Autenticar documento em <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200300039003700340037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.